

AS ENTRELINHAS ENTRE A DESIGUALDADE DE GÊNERO NA POLÍTICA E OS LIMITES DA DEMOCRACIA NO BRASIL NA OBRA DE FLÁVIA BIROLI

Amanda Oliveira de Sousa*
Livia Maria Nascimento Silva**

Referência da Obra: BIROLI. Flávia. Gênero e Desigualdades: os limites da democracia no Brasil. 1. Ed. São Paulo: Boitempo, 2018.

Em Gênero e Desigualdades, Flávia Biroli segue com suas análises sobre a atuação feminina nos espaços de poder. A autora recorre a uma divisão didático-metodológica que condensa os capítulos do livro em uma cadeia de premissas que conduzem o texto até o seu ponto principal.

Nesse íterim, a construção textual feita por Biroli (2018) perpassa por 5 capítulos, iniciando por uma análise voltada à divisão sexual do trabalho (capítulo 1), seguindo-se para uma abordagem sobre a correlação entre cuidado e responsabilidades (capítulo 2), a qual cede espaço para uma investigação ainda mais detida acerca dos desdobramentos da posição feminina no seio familiar e maternal (capítulo 3), bem como para as ligações entre aborto, sexualidade e autonomia feminina (capítulo 4), culminando todas as análises, por fim, na peça nodal da obra: os vínculos feministas com a atuação política feminina (capítulo 5).

No capítulo inaugural a autora chama a atenção para o impacto que as históricas hierarquias de gênero têm sobre a divisão de tarefas entre homens e mulheres, ressaltando a importância dessa dimensão ser, necessariamente, incorporada nas formulações que buscam explicar a sub-representação feminina nos cargos de poder e, também, ser compreendida a partir das categorias raça e classe.

Nesse momento inicial são, particularmente, caros à obra desenvolvida os apontamentos feitos pela autora que tocam ao grau de diferenciação com que as opressões incidem sobre as mulheres. O diálogo com Saffioti (2013) é extremamente pertinente, neste sentido, pois permite abordar as divergências presentes entre as dominações de gênero sofridas pelas mulheres da classe dominante e as sofridas pelas da classe dominada.

O avançar da obra é ainda mais preciso. O segundo capítulo ramifica-se do primeiro, explorando o simbolismo do cuidado que paira sobre a mulher e sobre a mulher mãe, bem como o déficit de uma corresponsabilização entre cônjuges ou companheiros no âmbito doméstico.

* Graduanda do X semestre do Curso de Direito pela Universidade Regional do Cariri (URCA). Integrante do Programa de Assessoria Jurídica Estudantil (PAJE). Pesquisadora nas áreas de representação política feminina e Assessoria Jurídica Popular. E-mail: oliveiraamanda482@gmail.com.

** Graduanda do IX semestre do Curso de Direito da Universidade Regional do Cariri (URCA). Integrante do Programa de Assessoria Jurídica Estudantil (PAJE). Pesquisadora nas áreas de gênero e maternidade e Assessoria Jurídica Popular. E-mail: liviamarians1@gmail.com.

A análise empreendida cumpre papel de destaque ao focalizar os significados das estruturas sociais em torno da figura doméstica da mulher, porquanto pauta a necessidade de conceber o cuidado como uma categoria fundamental para analisar dinâmicas de reprodução de vantagens e desvantagens entre homens e mulheres.

Sob esse enfoque, quando toca em “Família e Maternidade” no terceiro capítulo, o percurso teórico debruça-se em dado momento sobre a apropriação de um discurso familiarista como justificativa implícita de combate à igualdade de gênero:

[...] as reações à igualdade de gênero recorrem a ideias e tradições familiares para posicionar as mulheres como mães e cuidadoras, de modo que justificam (e ampliam) sua exclusão e sua inclusão desvantajosa em outras esferas. Os feminismos, mesmo os que incorrem em ideias maternais, e o “familismo” conservador reacionário têm tido posições muito distintas no que concerne ao controle sob os corpos e a sexualidade, bem como a toda a problemática dos privilégios (BIROLI, 2018, p.117-118).

O arremate do tema pela autora é em certa proporção alarmante, evidenciando, por um lado os avanços de ativistas e teóricas no debate sobre as vulnerabilidades da mulher no ambiente doméstico e suas implicações no seu progresso na vida pública e, por outro, o entrelaçamento entre a crítica dessa estrutura à crítica ao capitalismo e seus subprodutos no âmbito privado: o controle e os privilégios.

A abordagem sobre aborto e sexualidade, por sua vez, impacta positivamente a leitura ao explanar de modo esmiuçado a importância do reconhecimento de privilégios e controles para o avançar de políticas públicas que versem sobre a agenda dos direitos sexuais e reprodutivos femininos.

Biroli (2018) problematiza, nesse ponto, as bases sob as quais se assentam dilemas morais e políticos normalmente presentes na discussão sobre aborto e autonomia feminina, vinculadas a abstrações de direitos inscritos sobre os corpos femininos.

Na medida em que se incorpora o ponto de vista feminino nessas discussões, o ponto de partida não são mais generalidades, mas o impacto efetivo que a interrupção de uma gravidez, por exemplo, tem na vida de uma mulher, incluindo nessa ponderação a repercussões da divisão sexual do trabalho e as limitações impostas às escolhas das mulheres a depender da posição de seus privilégios.

No mais, como dito na síntese inicial, todas as análises feitas pela autora dão a base necessária para trabalhar o campo político na parte final da obra. A retomada aos recortes interseccionais está novamente presente, pois segundo Biroli (2018), não é possível pensar nos óbices à ocupação feminina no espaço público, sobretudo na arena representativa, sem pensar na confluência de obstáculos formais e informais à sua presença nesse locus, exigindo que além do binômio sexo x gênero, pense-se nas variáveis classe, raça e etnia.

Outrossim, é importante o destaque da obra ao fato de que, mesmo diante de um cenário de sub-representação nos cargos políticos, a presença feminina pode

ser sentida no espaço institucional. Na cena brasileira, do combate à ditadura – a integração em organizações políticas clandestinas durante ela - ao processo de redemocratização, o ativismo de grupos de mulheres e movimento feministas se fez resistente. Não obstante, embora não se possa falar em uma ausência, as dificuldades de acesso e implementação de debates sobre os direitos das mulheres continuam a ser demasiadamente expressivas.

Ganha ênfase, também, a ampliação das pautas feministas e as várias vertentes originadas delas, cada qual operando com determinados padrões no espaço público. Convenientemente, a obra remete às reflexões de Fraser (1992), recordando a forma pela qual grupos subordinados se contrapõem a discursos hegemônicos, formando “arenas discursivas paralelas” (BIROLI, 2018, p. 199).

A preocupação com a reação conservadora sobre os direitos das mulheres é outro foco crítico. Os valores ditos morais de elites políticas se atravessam a agenda da igualdade de gênero, ao tempo em que se voltam para restrições que atingem fundamentalmente as populações mais vulneráveis e, nesse prisma, medidas de austeridade e a sucateação dos direitos trabalhistas seriam nítidos exemplos de como questões importantes são tangenciadas do efetivo debate público, escancarando o alargamento de um déficit democrático na sociedade brasileira.

Vale o registro da autora de que,

[...] os limites à participação política das mulheres e os conflitos em torno das lutas feministas estão longe de serem problemas específicos de um grupo. Trata-se de questões fundamentais para a democracia e seu futuro. A permeabilidade relativa do Estado à atuação das mulheres e à agenda feminista remete a filtros que restringem a participação popular e, hoje, às redefinições dos limites da democracia com o andamento da lógica econômica neoliberal. (BIROLLI, 2018, p. 204).

De mais a mais, todas as questões trabalhadas na obra, longe de serem temas pouco complexos, apontam para a multidimensionalidade dos fatores que limitam a atuação pública das mulheres no Brasil e, trata dela não como um problema exclusivo da cidadania feminina, mas como algo compromete a própria essência de uma ordem teoricamente democrática, revelando a persistência de pressupostos sociais de dominação masculina pouco receptivos a mudanças.

Somando-se a essas considerações, há de se pontuar, também, como resvalado por toda a obra de Biroli (2018), que as opressões vivenciadas pela população feminina brasileira não são unilaterais, tão pouco uniformes, o processo de dominação sobre os corpos femininos tem origens profundas e elas devem ser cada vez mais dimensionadas pela investigação social e científica, sob pena de reproduzirem nada mais do que fórmulas genéricas.

REFERÊNCIAS

FRASER, Nancy. Rethinking the Public Sphere: A Contribution to the Critique of Actually Existing Democracy. In: CALHOUM, Craig (org). *Habermas and the Public Sphere*. Cambridge, The MIT Press, p. 109-42, 1992.

SAFFIOTI, Heleieth. *A mulher na sociedade de classes: mito e realidade*. 3. Ed. São Paulo, Expressão Popular, 2013.